

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE - CICGSS/GAB/SESGO

Ref. Chamamento Público nº 09/2024-SES/GO

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH, inscrito no CNPJ sob o nº 23.453.830/0001-70, neste ato representado por seu representante legal e sua advogada, com fundamento nos itens 11 e seguintes do Edital de Chamamento Público nº 09/2024-SES/GO, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do resultado preliminar de análise de propostas técnicas, o que faz tempestivamente, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – SÍNTESE DOS FATOS E DA PRETENSÃO RECURSAL

O Recorrente participou do Chamamento Público nº 09/2024-SES/GO, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na unidade a Policlínica Estadual da Região Sudoeste – Quirinópolis.

Conforme o resultado preliminar da análise das propostas técnicas, a classificação do certame foi a seguinte:

1º INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NT= 30,77 (FA1 - 17,90 ; FA2 - 20,00 ; FA3 - 48,50)

2º INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO NT= 27,94 (FA1 - 11,50 ; FA2 - 17,35; FA3 - 48,20)

3º INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO NT= 27,66 (FA1 - 15,60; FA2 - 18,40; FA3 - 43,65)

4 ° ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NT = 27,28 (FA1 - 16,50 ; FA2 - 17,50; FA3 - 42,70)

6 ° BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE NT= 26,20 (FA1 - 15,80; FA2 - 17,45; FA3 - 40,55)

7 ° CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA = NT= 23,70 (FA1 -13,30 ; FA2 - 17,55 ; FA3 - 36,10)

Entretanto, verifica-se que **a pontuação final atribuída ao Recorrente e à instituição classificada em primeiro lugar viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.**

Dessa forma, com o devido respeito, a decisão merece reforma, conforme será demonstrado a seguir.

II – FUNDAMENTOS

II.I – DA PROPOSTA DO RECORRENTE: AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO SOBRE A TOTALIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

A Comissão Interna **atribuiu pontuação ao Recorrente sem considerar a integralidade dos documentos apresentados**, além de desconsiderar aspectos relevantes da proposta técnica.

Diante disso, demonstram-se, ponto a ponto, as razões pelas quais a pontuação do Recorrente deve ser revista e majorada.

Para facilitar a análise deste recurso por parte dessa d. Comissão, junta-se, em anexo, **planilha detalhada** (**Anexo 1**) contendo as inconsistências verificadas na atribuição das notas.

II.II – DA PROPOSTA DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: PONTUAÇÃO QUE VIOLA A ISONOMIA E A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

De maneira distinta do ocorrido com o Recorrente, **observa-se uma supervalorização da pontuação atribuída à entidade vencedora, Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados.**

A avaliação da entidade **desconsiderou critérios técnicos fundamentais, deixando de observar exigências mínimas e detalhamentos necessários**. Em contrapartida, a Comissão **aplicou rigor excessivo na avaliação da proposta do Recorrente**, identificando supostas falhas e desconsiderando documentos que estavam em conformidade com o edital.

Dessa forma, demonstram-se, ponto a ponto, as razões pelas quais a pontuação do **Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados** deve ser revista e reduzida.

Para facilitar a análise deste recurso por parte dessa d. Comissão, junta-se, em anexo, **planilha detalhada (Anexo 2)** contendo as inconsistências verificadas na atribuição das notas.

II.III – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Conforme demonstrado anteriormente, **o ora Recorrente foi prejudicado no resultado preliminar de análise de propostas técnicas**, não sendo pontuado em diversos itens para os quais apresentou a documentação completa e pertinente nos exatos termos do edital.

A ausência de análise integral da documentação apresentada pelo Recorrente **viola diretamente os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.**

Ora, se todas as entidades participantes foram pontuadas nesses itens a partir da avaliação completa dos documentos constantes na proposta técnica, a não consideração dos documentos do Recorrente evidencia um **tratamento desigual**, caracterizando um **critério de avaliação arbitrário e não isonômico**.

Além disso, a conduta da Comissão viola expressamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que **o edital estabelece de forma objetiva os documentos exigidos, seu formato e a pontuação correspondente**. Ao não avaliar os documentos do Recorrente e atribuir-lhe a pontuação devida, a Comissão **desrespeita as regras previamente estabelecidas**, comprometendo a lisura e a previsibilidade do certame.

A jurisprudência pátria reforça a necessidade de estrito cumprimento das regras editalícias e de igualdade de tratamento entre os participantes, sendo vedado à Administração Pública inovar nos critérios de avaliação ou adotar posturas que privilegiem ou prejudiquem

determinados concorrentes sem justificativa plausível. O Tribunal de Contas da União possui entendimento já consolidado sobre o tema:

*REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À **INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO.*

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.¹

Ademais, a ausência de fundamentação específica para a desconsideração dos documentos apresentados pelo Recorrente evidencia vício de legalidade, tornando necessária a devida correção do ato administrativo.

No mesmo sentido, **a atribuição de notas superiores a itens que não atendem integralmente às exigências do edital, em favor do Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados**, reforça a imparcialidade questionável da avaliação, reiterando a necessidade de nova avaliação por esta d. Comissão.

Diante do exposto, **requer-se a reavaliação dos documentos apresentados tanto pelo Recorrente quanto pela Recorrida (Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados), com a consequente atribuição da pontuação correta à proposta técnica de cada um**, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo, assim, a legalidade e a transparência do certame.

III – PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se o recebimento e o provimento do presente recurso, a fim de que seja reavaliada e corrigida a pontuação atribuída à proposta técnica apresentada tanto pelo ora Recorrente quanto pela Recorrida, Instituto de Planejamento e Gestão de Serviços Especializados, em estrita observância aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Ao final, com a correta pontuação, requer-se a correta classificação do Recorrente, reconhecendo-o como legítimo vencedor do certame.

¹ TCU 00199520091, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 15/02/2011.

Goiânia, 13 de fevereiro de 2025.

Assinado digitalmente por:
JOSE CARLOS RIZOLI
CPF: ***.893.228-**
Certificado emitido por AC DIGITAL
MULTIPLA G1
Data: 13/02/2025 15:51:33 -03:00



José Carlos Rizoli - Presidente INDSH

Erika Alves Batistella

Assinado digitalmente por:
ERIKA ALVES BATISTELLA
CPF: ***.801.048-**
Certificado emitido por AC OAB G3
Data: 13/02/2025 15:51:04 -03:00



Erika Alves Batistella – Advogada



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 4AJ6L-XF8DZ-5QNSC-FDKXX

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ ERIKA ALVES BATISTELLA (CPF ***.801.048-**) em 13/02/2025 15:51 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ JOSE CARLOS RIZOLI (CPF ***.893.228-**) em 13/02/2025 15:51 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.digiforte.com.br/validate/4AJ6L-XF8DZ-5QNSC-FDKXX>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.digiforte.com.br/validate>